

NOVAS CONFISSÕES SOBRE UM CONTO POLÊMICO DE MACHADO DE ASSIS

A polêmica suscitada em torno do conto "Confissões de uma viúva moça", de Machado de Assis, à época de sua publicação (abril, maio e junho de 1865, no *Jornal das Famílias*), mais atraiu o olhar da(os) leitora(es) sobre essa peça literária do que desgastou a imagem do conto, de seu autor, *J.*,¹ ou do próprio periódico. Algumas questões ligadas a essa polêmica, a qual está à nossa disposição graças ao trabalho de recolha efetuado por Jean-Michel Massa², serão estudadas neste trabalho, que corresponde a uma primeira tentativa de reflexão, dentro de um projeto mais amplo de análise da relação entre a criação literária machadiana e sua inscrição material no veículo de publicação que a fez circular.

Raimundo Magalhães Jr. já tratou do conto e da polêmica e chegou a conclusões interessantes.³

(...) Machado de Assis esteve envolvido numa falsa polêmica, travada em "a-pedidos", isto é, na seção paga do *Correio Mercantil* e, por sua vez, no *Diário do Rio de Janeiro*, a que Machado de Assis pertencia.⁴ Um exame aberto dessa polêmica levaria qualquer observador medianamente arguto a descobrir que tudo não passava de um simples artifício publicitário.⁵

Entre variados argumentos para explicar por que Machado se teria envolvido em uma polêmica com fins publicitários, Magalhães Jr. cita as relações pessoais entre o jovem

¹ SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1955. p. 402.

² MASSA, Jean-Michel. *Dispersos de Machado de Assis*. Coligidos e anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: INL, 1965.

³ Silvia Maria Azevedo estudou os contos publicados por Machado no *Jornal das Famílias* em sua tese de doutorado. Cf. AZEVEDO, Silvia M. *A trajetória de Machado de Assis: do Jornal das Famílias aos contos e histórias em livros*. Tese de doutorado em Letras, Departamento de Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1990.

⁴ Nessa época, Machado escrevia, no *Diário do Rio de Janeiro*, as crônicas de "Ao Acaso". Sobre elas, cf. GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação: à roda dos jornais*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

⁵ MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981. v. 1, p. 321.

escritor e B.-L. Garnier, editor do *Jornal das Famílias*, além do fato de Machado ter sido, naquela época, o principal colaborador de ficção desse periódico. De fato, havia quase um ano ele vinha ali publicando vários contos, os quais assinou com os seguintes pseudônimos: "Frei Simão", junho de 1864, assinado por M.A.; "Virginius", julho e agosto de 1864, assinado Machado de Assis; "Casada e viúva", novembro de 1864, assinado Machado de Assis; "Questão de vaidade", dezembro de 1864 e janeiro, fevereiro e março de 1865, assinado Machado de Assis; "Confissões de uma viúva moça", abril, maio e junho de 1865, assinado por J.

A primeira e inquietante questão é: por que, após assumir a autoria dos contos por meses, assinando-os com seu nome ou suas próprias iniciais, Machado teria passado a usar um pseudônimo?

Ainda no assunto "identidade", quando Jean-Michel Massa coligiu em seus *Dispensos* essa polêmica, anotou que o polemista "Caturra" permanecia até então não identificado (p. 520). Impossível, frente a isso, não nos perguntarmos (novamente na linha do que fez Magalhães Jr.) se "O Caturra" não seria uma identidade polemista (coletiva talvez), da qual teria tomado parte o próprio Machado. No entanto, admitindo como verdade a afirmação de que a polêmica criada tinha fins publicitários, mais do que identificar o polemista, vale a pena investigar alguns diálogos culturais que essa situação de circulação dos textos nos periódicos do XIX pode nos apresentar, reconhecendo, de saída, que, se a polêmica foi "*plantada no Correio Mercantil* a fim de atrair os leitores (...)", isso nos "mostra a capacidade de Machado de imaginar outras vozes".⁶

Para o leitor atual, as "Confissões" despertam maior curiosidade quanto à forma como se constrói o conto do que quanto aos fatos concretos do desenvolvimento da trama. No século XIX, porém, pode ser que o assunto justificasse um ocultamento direto do autor. Basta lembrarmos-nos que José de Alencar publicara *Lucíola* havia três anos, sob pseudônimo que só seria revelado anos mais tarde. Como afirma John Gledson,

⁶ GLEDSON, John. "O machete e o violoncelo." In ASSIS, Machado de. *Contos: uma antologia*. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1, p. 22. (Todas as referências a este livro serão feitas, doravante, no corpo do texto, indicando-se, entre parênteses, *Contos*, o volume e a página da qual foi retirada a citação.)

O título [do conto] por si era uma tentativa óbvia de atrair leitores cujos motivos poderiam ser menos puros. Não eram incomuns viúvas moças naqueles tempos em que as pessoas morriam cedo, mas o que importa a mais é que elas tinham liberdade de dispor de si mesmas, não desfrutada pelas moças solteiras (...). (*Contos*, vol 1, p. 22)

Mas, no caso das *Confissões*, a narrativa propriamente dita estende-se falsamente a tabus morais, como veremos mais detalhadamente. Assim, pelo lado da publicação, é preciso novamente perguntarmo-nos se, depois de tão largo contato com o público da revista, o texto em si não revelaria sua autoria. Parece-nos que sim.

Assim sendo, fatos variados, de ordem social e concernentes à circulação e leitura do *Jornal*, contribuem para o entendimento do conto e da polêmica, assim como suas próprias construção e inventividade narrativas nos conduzirão a um exercício de compreensão da relação entre, por um lado, escrita literária e suporte material e, por outro, leitura e circulação das idéias.

Em 1º. de abril de 1865, saiu a edição mensal do *Jornal das Famílias* e, com ela, dois capítulos do conto em questão. No primeiro, logo no início, a "viúva moça" escreve a uma amiga uma carta, que funciona como um prólogo à sua narrativa, e relembra: "Há dois anos tomei uma resolução singular: fui residir em Petrópolis em pleno mês de junho". (*Contos*, v. 1, p. 94). Essa atitude um pouco *insensata* – buscar o frio e a solidão da montanha em pleno inverno fluminense – será agora explicada à amiga em todas as suas motivações: "É tempo de contar-te este episódio da minha vida. Quero fazê-lo por cartas e não por boca. *Talvez corasse de ti*. Deste modo o coração abre-se melhor e a vergonha não vem tolher a palavra nos lábios (...)." (*Contos*, v. 1, p. 95, grifo nosso).

Depois do título do conto, que despertaria a curiosidade do leitor, temos, então, em poucos parágrafos, alguns exemplos de como estamos todos colocados diante de uma mulher livre, que toma decisões à revelia do bom-senso e que teria algo de bastante embaraçoso a revelar à melhor amiga. Mas, ao mesmo tempo, em um outro plano, essa mulher, transformada em narradora, impele o(a) leitor(a) empírico(a) e a sua leitora ficcional à aceitação da narrativa seriada "epistolar" como forma para o próprio folhetim da

revista feminina, enquanto, como personagem, incita a amiga a ler-lhe as cartas no registro da ficção. Ambas, leitora empírica e amiga-leitora ficcional, lêem ao mesmo tempo a explicação e recomendação: "As minhas cartas irão de oito em oito dias, de maneira que a narrativa pode fazer-te o efeito de um folhetim periódico semanal" (*Contos*, v. 1, p. 95).

Dessa maneira, é evidente que a forma de narrativa criada pela personagem do conto que se põe a narrar, e que aparece dentro do texto justificada pelo pudor diante da amiga, está em correspondência com uma espécie de *teste* de uma *nova* forma para a narrativa de um conto longo, característico este, por sua vez, desse tipo de publicação (uma revista feminina mensal). As "Confissões de uma viúva moça" estender-se-iam por três números da revista e vinham sendo, portanto, planejadas em sua composição narrativa, de forma a ampliar os limites de possibilidades de criação dentro do periódico. No folhetim do *Jornal das Famílias*, a forma epistolar ainda não tivera lugar. A partir daquele abril de 1865, autor e leitor da revista mensal, assim como narradora *memorialista* (que se propunha ser lida como *de ficção*, produzindo o *efeito* de um folhetim periódico semanal) e sua leitora e amiga, tomavam contato com esse formato de narrativa (não estranho a vários romances anteriores) e sentir-se-iam a caminho de criar/conhecer condições e situações para sentir-se à vontade diante dela.

Voltando ao conto, no segundo capítulo, Eugênia inicia a narrativa que explica sua retirada: fala de sua vida social no tempo em que era vivo o marido e de um sujeito que, um dia, no teatro, olhou-a com tamanha insistência que fez com que ela o notasse. Sentenciosa, diz a Carlota:

Somos todas vaidosas de nossa beleza e desejamos que o mundo inteiro nos admire. É por isso que muitas vezes temos a indiscrição de admirar a corte mais ou menos arriscada de um homem. Há, porém, uma maneira de fazê-la que nos irrita e nos assusta; irrita-nos por impertinente, assusta-nos por perigosa. É o que se dava naquele caso. (*Contos*, v. 1, p. 98)

Continuando, a viúva moça conta às *suas leitoras* (Carlota, é claro, é a interlocutora que ocupa o lugar de todas as outras leitoras, as quais são, por sua vez, todas elas, possíveis interlocutoras de cartas reveladoras de uma amiga) os detalhes da corte: o admirador não a

deixara em paz com seu olhar; ela decidira ir embora entre o segundo e o terceiro atos do espetáculo; ao sair, lá estava o admirador a encará-la do mesmo modo fixo; perturbada com o fato, retirara-se da vida social por algum tempo. Um dia, porém, recebera uma carta dele, confessando-lhe seu amor. Segundo narra, sentiu-se confusa, aterrada e envergonhada com o fato, mas, logo, curiosa.

No plano dos valores morais aceitos, Eugênia apresenta-se como curiosa e vaidosa, o que não chega a condená-la. Ironicamente, mesmo os atos que poderiam condenar Eugênia são provas de sua virtude: na tentativa de desviar-se da inquietação que lhe sobreviera à declaração de amor, correu ao seu gabinete, acendeu uma vela, queimou a carta e, nesse momento, foi *surpreendida* pelo marido que, apesar da reação de surpresa da esposa e do exagero dela ao abraçá-lo, apesar dos restos da carta queimada, e apesar da vela acesa durante o dia, não a interrogou sobre nada, deu dois passos e saiu do gabinete: "Senti uma lágrima rolar-me pela face. Não era a primeira lágrima de amargura. Seria a primeira advertência do pecado?". (*Contos*, v. 1, p. 102).

Até aqui, então, observamos que, no lugar de uma amoralidade insinuada, está, na verdade, a história de uma esposa virtuosa, mas, especialmente, a manifestação da natureza da relação entre duas mulheres amigas e confidentes. A leitora do *Jornal* entenderia, dessa forma, e perfeitamente, o pacto de ficção ali proposto, a intimidade entre aquele que lhe escrevia e ela, que o lia. Eugênia assim conclui a apresentação do relato que fará: "Estudo ou romance, isto é simplesmente um livro de verdades, um episódio singelamente contado, na confabulação íntima dos espíritos, na plena confiança de dous corações que se estimam e se merecem" (*Contos*, v. 1, p. 95). Um *episódio de verdade* significa aqui a compreensão do que representa a "confabulação íntima dos espíritos", pois é apenas nessa condição que a *verdade* pode se dar, que se pode desenvolver a narrativa "singelamente contada". Melhor explicando: a verdade da ficção está em entender-se que, entre narrador e leitor, faz-se um *trato* que a torna possível, ou, alegoricamente, que, entre duas amigas, deve-se estabelecer um diálogo de confiança, credibilidade e estima. As nem tão ingênuas leitoras, "as jovens que têm um dia de serem mães de família", têm (terão), no *Jornal das Famílias*, diversão assegurada pela leitura do *folhetim* que compactua com elas, como se na voz de uma amiga.

Findo o folhetim de 1º de abril. Natural a curiosidade despertada nos(as) leitores(as) para que acompanhassem o próximo número: entra o desinteresse do marido de Eugênia como um passo em direção ao *pecado* que ainda não se dera de forma alguma. Estava dada, porém, a situação suficiente para o início da polêmica.

No mesmo dia 1º de abril de 1865, no *Correio Mercantil*, "O Caturra" assinou o seguinte artigo na seção "a-pedidos":

Jornal das Famílias

(...)

No último número desse jornal, que se diz das famílias, e cujo programa já vai se afastando sofrivelmente, enceta-se a publicação de um romancito sob o título *Confissões de uma viúva moça*.

Pela amostra do pano desde já se pode conjeturar de que magnificência será o vestido que trata-se de expor à atenção das jovens, que têm um dia de serem esposas e mães de família, isto é, daquelas que bem deverão compreender qual a verdadeira missão dos filhos, e os legítimos gozos ocorrentes que suavizam os freqüentes cuidados da respeitável mãe de família. Para os pais de família, pés de boi, os que têm a esquisitice de verem a realidade deste mundo pelo prisma rococó escrevemos estas ligeiras linhas, pedindo-lhes que façam companhia às suas filhas na apreciação de tão edificantes escritos, tão harmoniosos como os esplendores deste século reformista.

O Caturra⁷

Do ponto de vista da análise da trama, a "amostra do pano", até então, estivera mais ligada à constituição de uma relação polêmica com os leitores, baseada na experiência de criação do texto literário na revista, do que efetivamente à exposição de um assunto moralmente desabonador: mais se adivinha uma suposta infidelidade conjugal do que ela está *escrita* no conto.

No dia seguinte, 2 de abril, *J.* (pseudônimo com o qual se assina o conto e que verificaremos ser, com certeza, de Machado) escreveu nota nas "Publicações a-pedido" do *Diário do Rio de Janeiro* rebatendo "O Caturra". Viu no polemista um inimigo de Garnier; disse que no primeiro capítulo do romance não havia uma só linha em que o vício fosse endeusado, e concluiu: "Felizmente, basta ler o primeiro capítulo para ver a malignidade

⁷ MASSA, Jean-Michel. *Dispersos de Machado de Assis*, cit., p. 210.

'd'O Caturra'. Protesta-se contra a caturrice, e fiquem descansados os pais de família: o autor das *Confissões* respeita, mais que ninguém, a castidade dos costumes".⁸ O autor tinha razão: aproximando-nos do *dito*, como vimos, nada havia nos dois primeiros capítulos que viesse a fazer a apologia de um vício moral, e mesmo um leitor ingênuo, que descontasse a construção literária, poderia (para fins de consolo moral) apegar-se ao fato de que a viúva moça que tem "confissões" a fazer acabou mal, voluntariamente isolada em Petrópolis, sem o marido ou nenhum outro homem a seu lado, como que punida pelo *erro* que, estruturalmente, sua própria narrativa leva todos a crerem que cometera.

A polêmica só continuou no início de maio, com o novo número do *Jornal das Famílias*. Em 1º de maio, "O Caturra" assinou longo artigo nos "a-pedidos" do *Correio Mercantil*, no qual declarou que não houvera nada em suas críticas que fosse contra Garnier ou o *Jornal*, mas que sua preocupação era mesmo a castidade das famílias e a liberdade exagerada de imprensa que o romancito demonstrara existir. Antes de passar ao momento seguinte da polêmica, impossível deixar de notar a "*liberdade* exagerada da imprensa" de que se queixa o reclamão.

Pensando que uma viúva moça corresponde a uma das (raras) formas da autonomia e liberdade da mulher naquela sociedade, e que Eugênia, dentro da narrativa, se põe a narrar querendo que seu relato seja lido como ficção, e no formato "folhetim", temos aqui uma interessante intersecção entre personagem, narrativa e liberdade, assim como entre narrador, ficção e folhetim.

Dessa maneira, o que poderia nos parecer moralismo exagerado "d' O Caturra" pode ser que seja, na verdade, uma pista que ele nos deixa de que a imprensa é o lugar da liberdade para as formas da ficção. Tanto é que, em 2 de maio, no "a-pedidos" do *Correio Mercantil*, *J.* pode assumir sua identidade:

Confissões de uma viúva moça.

⁸ Ibid. p. 211.

Sou o autor do romance que, com este título, publica atualmente o *Jornal das Famílias*. Peço ao Sr. Caturra que aguarde o resto do escrito para julgar da sua moralidade, – sem o que, qualquer discussão será inútil.

Machado de Assis.

Sem a integralidade da publicação *qualquer* discussão parecia inútil, mas se, ao fim, "o autor das *Confissões* respeita, mais que ninguém, a castidade dos costumes", então, forçosamente, o viés moral não serve à leitura das "Confissões".

Mais uma manifestação de "O Caturra". Em 4 de maio, replicando ao autor confesso do conto, ele assinou novamente longo artigo nos "a-pedidos" do *Correio Mercantil*, no qual reafirmou sua posição moralista, concluindo da seguinte maneira : "releve-nos o Sr. Machado de Assis essa rigidez do nosso conceito; nem todos a terão, e é provável mesmo que estejamos em *ridícula* minoria. (...)".⁹

Talvez ilhado em suas opiniões, sobressai-se a posição "ridícula" do polemista e a nossa certeza de que, inseparável do "golpe de mercado" de Garnier, está "o golpe" da afirmação da posição soberana da literatura em seu estatuto de ficção. Observemos, por exemplo, o pseudônimo do polemista. Se não seguirmos o conselho do narrador de *Dom Casmurro* e formos ao dicionário para buscar, desta vez, o apelido *caturra*, chegaremos à seguinte definição: "Diz-se de pessoa teimosa, agarrada a velhos hábitos, sempre disposta a achar defeitos, a discutir; pechoso".¹⁰ Então, se o polemista realmente fosse *alguém de fora* do grupo de jornalistas e escritores envolvidos com a produção dos periódicos da época, e amigo de Garnier, ou seja, alguém realmente preocupado com os costumes das famílias, por que escolheria para si um pseudônimo desabonador? Afinal, um *caturra* é agarrado a velhos hábitos, teimoso, sempre disposto a achar defeitos... um rabugento, portanto, e não apenas um moralista. Outro dado: naquele primeiro texto escrito pelo "Caturra", ele não desaconselha que leiam o romancito as moças e mulheres, mas sugere aos pais "que têm a esquisitice de verem a realidade deste mundo pelo prisma *rococó*" que "façam companhia às suas filhas na apreciação de tão edificantes escritos", etc. Ou seja: ironicamente, a

⁹ Ibid. p. 214, grifo nosso.

¹⁰ DICIONÁRIO AURÉLIO SÉCULO XXI. Versão eletrônica 2001.

imoralidade presumida da novela *não deve impedir* sua leitura, *mas trazer para ela outros leitores*, se é que já não o eram (e possivelmente o fossem) esses "esquisitos" pais.

Mesmo que essa polêmica seja, como quer Magalhães Jr., uma peça publicitária, gostaríamos de ler também em seus componentes algo mais sobre a construção literária e a auto-reflexão que traz em si, assim como conhecer mais de perto algumas das imagens por meio das quais podemos enxergar as particularidades da criação e circulação literárias num jornal feminino de modas. Nele, a narrativa de ficção ocupava a vizinhança dos desenhos de babados e diagramas de trabalhos manuais de croché e ponto-cruz, mas buscava, porque tinha consciência de sua relação com o suporte material em que se inscrevia, outro estatuto: ser o centro das atenções em sua possibilidade de tratar, com liberdade criativa, qualquer assunto, privilégio que lhe sobrevinha da natureza do próprio meio que a abrigava.

Golpe publicitário de Garnier? Se o foi, os argumentos acima aprofundam essa compreensão para além da "queda nas vendas" provocada pela Guerra da Tríplice Aliança.¹¹ Assim, a colaboração ficcional deste "Caturra" (possivelmente Machado, o próprio Garnier ou outros jornalistas do grupo) na polêmica traz ao *Jornal das Famílias* ainda mais leitores e credibilidade. Além disso, a forma narrativa que se destaca, através da relação construída por uma narradora que tem grande afinidade com sua leitora, relembranos aqui que a experiência em questão, para além da possível ousadia moral do conto, é a da consciência das formas literárias em sua relação com o seu veículo e seu público. Isto nos ajuda, por fim, a inferir um processo gradual, por meio do qual Machado (re)constrói constantemente, e dentro dos próprios parâmetros da ficção, essa relação de surpreendente proximidade (para o bem e para o mal de seu leitor), que viria a ser, um dia, motivo de destaque para sua Literatura.

Lúcia Granja
UNESP - São José do Rio Preto

¹¹ MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*, cit. v. 1, p. 322.

Lúcia Granja é professora de Literatura Brasileira e pesquisadora na UNESP (campus de São José do Rio Preto). Especializando-se no estudo das crônicas jornalísticas de Machado de Assis, publicou, além de artigos, o livro: *Machado de Assis, escritor em formação: à roda dos jornais*. Nos últimos anos preparou edições críticas e anotadas de duas séries de crônicas do autor, que serão publicadas ainda em 2008, pela Editora da Unicamp.